

Comissão Especializada Permanente
Transportes e Mobilidade
6º Comissão

ATA Nº 28/XIII-3º/2023-24

Aos onze dias do mês de Junho de dois mil e vinte e quatro, pelas 18.00 Horas, na sede da assembleia municipal de Almada, sita no largo 5 de Outubro nº 34, na Cova da Piedade, realizou-se a vigésima oitava reunião da comissão especializada permanente de transportes e mobilidade, com representantes dos subscritores da carta aberta enviada à Assembleia Municipal: por uma ciclovia ao longo da linha do Metro para a Costa da Caparica.

Estiveram presentes na reunião os seguintes eleitos:

Estiveram presentes na reunião os seguintes deputados Municipais; Luis Palma, José Rocha, Courinha Leitão, Margarida Paulos, Paulo Viegas, António Pedro Maco, Nuno Mendes, Pedro Pereira, Ivo Almeida, João Geraledes

Em representação dos autores da carta aberta, estiveram presentes: Francisco Morais, Inês pascoal, Cecilia Simões e Luis Silva

- O presidente da comissão Luis Palma inicia a reunião, com os devidos cumprimentos e apresentações, sugerindo que como metodologia para as intervenções, fossem os representantes da carta aberta a dar início ao debate com as informações que entendessem pertinentes sobre a matéria, para que os deputados municipais presentes pudessem colocar as sua questões.

- Iniciam as suas intervenções os representantes dos subscritores da carta aberta, apresentando-se como um grupo de cidadão e cidadãs, que juntamente com associações de promoção da utilização de bicicleta, exigem que o projecto de extensão do metro até à Costa de Caparica, inclua uma ciclovia continua no canal de ferrovia que no entendimento deste grupo de munícipes, será uma forma de potenciar as deslocações activas, em particular pelo uso da bicicleta e a sua intermodalidade com o transporte público em Almada. reiteram a importância da inclusão da ciclovia ao longo da ferrovia no projeto de extensão do Metro, dizem-nos que estão envolvidas várias associações e consideram que a obra do Metro foi claramente uma oportunidade perdida para a promoção da mobilidade suave, lamentam a falta de investimento de dinheiros públicos na mobilidade suave, que deveria estar incluído no projeto de desenvolvimento estratégico para a mobilidade em Almada.

Dizem-nos que os projetos existentes em termos de mobilidade activa são exíguos, consideram que existem mecanismos quer a nível Nacional, quer a nível Europeu para o desenvolvimento deste tipo de projetos.

- Inês Pascoal questiona os deputados sobre quais as suas competências, sobre qual a estimativa temporal para elaboração e apresentação do relatório e qual a data para apresentação e discussão em assembleia municipal.

- António Maco começa a sua intervenção dizendo que o papel das comissões, ainda que sem poderes deliberativos, é ouvir os munícipes, recolher informação que considera ser um contributo importante para o trabalho político dos deputados, concordando com a necessidade de implementar este e outros projetos em Almada.

Questiona os subscritores do documento sobre quais os maiores entraves, as maiores dificuldades colocadas pelas várias entidades com que têm reunido.

- Margarida Paulos fala sobre a via ciclopedonal na Sobreda, que não parece ser a melhor solução, e sobre projetos mencionados pela presidente da câmara para desenvolvimento das ciclovias.

- **João Gerald** agradece a presença e iniciativa das e dos cidadãos que subscrevem a carta, e diz que a carta aberta tem que ser considerada e debatida pela comissão, que deverá elaborar um relatório que será apresentado em assembleia Municipal, referindo-se ao projecto apresentado, opina que provavelmente alguns não serão fáceis de concretizar, é uma matéria que deve ser discutida e encontradas soluções para que de forma gradual possa ser implementada, para reduzir o número de automóveis na cidade de forma a promover a mobilidade suave e o uso do transporte público.

Continua a sua intervenção, opinando que as nossas cidades não têm condições para introdução de ciclovias e esse é de facto um problema para o qual terão que ser encontradas soluções.

- **Pedro Pereira** considera que este projecto de extensão da linha do metro é uma excelente oportunidade para a concretização desta reivindicação apresentada pelos subscritores.

- **Courinha Leitão** diz que a comissão faz o que lhe compete, receber os munícipes, ouvir e decidir qual a melhor forma de dar as respostas adequadas, neste caso em concreto, não sendo este um órgão deliberativo e não podendo agir fora das suas competências, a questão será debatida em assembleia Municipal, com as questões que as várias forças políticas entenderem por bem colocar sobre a matéria.

A questão é a exequibilidade da implementação de uma ciclovia associada ao traçado do metro, relativamente ao documento apresentado, será analisado, debatido e tiradas as devidas conclusões. Termina questionando os subscritores sobre a legalidade das várias entidades a quem o projecto foi enviado.

- **José Rocha** começa também por cumprimenta e agradecer a solicitação da reunião por parte destas e destes cidadãos, concorda inteiramente com a necessidade de promover a mobilidade suave nomeadamente com a implementação de ciclovias, dar nota que BE tem apresentado recomendações para a construção de ciclovias no nosso Concelho, em várias sessões de câmara e assembleia Municipal, acrescenta que apesar das afirmações proferidas por quem tem responsabilidades governativas no município, de que existe um projecto da extensão da linha do metro até á Costa da Caparica, a verdade é que não o conhecemos e o que se sabe é que foi encomendado um estudo sobre o tema à administração do metro de Lisboa. Concorda que é urgente um maior investimento no transporte público, estudo da possibilidade de implementação de ciclovia e a urgência de medidas para reduzir de uma vez por todas o recurso ao automóvel.

- Nuno Mendes questiona sobre a possibilidade de uma nova travessia Trafaria-algés e sobre a possibilidade de uma ciclovia direta, termina dizendo que o que a comissão pode e deve fazer é recomendar à autarquia a possibilidade de inclusão da ciclovia ao longo da linha de metro.

- O presidente da comissão **Luis Palma** valoriza a iniciativa e o acto de cidadania, foi consensual a decisão de receber os representantes dos peticionários, até por uma questão de proximidade entre os órgãos políticos e a população, a tendência em termos de implementação de ciclovias não pode ser outra senão a de crescimento, o que temos está aquém do desejável e releva a importância de em conjunto avançar com a concretização de projectos.

Conclui salientando a importância destas reuniões, quer com os munícipes, quer com as entidades com responsabilidades na matéria, de forma a encontrar consensos para que se consiga gradualmente encontrar soluções.

- **Francisco Morais** acrescenta que é uma questão de consciência política, independentemente das questões ideológicas, o importante é que se chegue a acordo sobre a necessidade de promover a mobilidade suave. Acrescenta que nos projectos de acesso às praias da Costa a via ciclável não está incluída.

- **Luis Silva** intervém para dizer que quando realizadas as obras no IC20 com a criação da rotunda, não foi acautelada a segurança dos ciclistas.

- **Inês Pascoal**: relativamente ao documento, recolheram cem assinaturas e desta forma possibilitasse o debate em assembleia Municipal, é preciso investir e preparar o território para inclusão de ciclovias.

- **Cecília Simões** critica a falta de observatório para as questões relacionadas com a mobilidade, diz ainda que se as metas em termos de protecção ambiental não forem atingidas, pode colocar em risco as verbas do fundo Europeu.

- **João Geraldes** relembra a inexistência de consenso na discussão sobre o alargamento do IC20.

- **Paulo Viegas** intervém para dizer que relativamente às obra de alargamento do IC20, o que a câmara sugeriu foi uma faixa direta Almada-costa da Caparica.

- **Luis Palma** dá por encerrada a reunião com os peticionários, informando que a comissão pondera ouvir outras entidades e elaborar posteriormente um relatório que será apresentado em assembleia Municipal

A reunião prosseguiu apenas com os membros da comissão para apresentar algumas sugestões relativamente aos trabalhos,.

Foi sugerido solicitar reunião com a presidente da CMA, concluindo-se após troca de opiniões que seria desnecessário.

dá-se por encerrada a reunião com a decisão em consenso, da elaboração de relatório e de uma recomendação a apresentar em Assembleia Municipal.